

Política *ave*

— CONSTITUINTE —

ULYSSES CORTA O SALÁRIO DE QUEM FALTOU

Sete dos 63 constituintes de São Paulo estão na lista. Entre eles, um campeão de faltas às sessões: Felipe Cheidde.

Felipe Cheidde (PMDB-SP) e Mário Bouchardet (PMDB-MG) continuam liderando as ausências na Constituinte: faltaram a 14 das 22 sessões realizadas, no mês de maio, e, por isso, sofreram corte de cerca de 420 mil cruzados cada um em sua remuneração. A lista dos faltosos do mês de maio foi ontem enviada para publicação no "Diário da Assembléia Nacional Constituinte", por determinação de Ulysses Guimarães, depois que, na sessão da tarde — quando mais uma vez não houve quórum — o líder do PDT, Brandão Monteiro (RJ), novamente cobrou a sua divulgação.

Dela constam sete dos 63 constituintes do São Paulo: Adhemar de Barros Filho (PDT), com 8 faltas; Caio Pompeu (PMDB), com 7; Delfim Neto (PDS), com 7; Felipe Cheidde (PMDB), com 14; Gerson Marcondes (PMDB), com 8; João Cunha (PDT), com 7 e José Serra (PMDB), com 7.

O número 7, ou 8, significa que as faltas foram intercaladas. De acordo com a decisão tomada pela Mesa, os descontos, de 1/30 da remuneração por falta, são feitos no caso de quatro faltas seguidas ou sete intercaladas no mês. No caso desses deputados paulistas, significa que faltaram em geral às segundas e às sextas-feiras. O desconto de cada falta corresponde, hoje, a cerca de 30 mil cruzados, considerando-se que a remuneração de um parlamentar está em torno de 900 mil cruzados por mês.

O deputado Adroaldo Streck (PDT-RS), que tinha proposto a substituição automática do titular pelo suplente no caso de três faltas seguidas ou cinco alternadas por mês, considerou "até reduzida essa lista".

Os punidos

- Adhemar de Barros Filho (PDT-SP)..... 8 faltas
- Aloísio Vasconcelos (PMDB-MG)..... 8 faltas
- Caio Pompeu (PMDB-SP)..... 7 faltas
- Carlos Vinagre (PMDB-PA)..... 8 faltas
- Cleonânio Fonseca (PFL-SE)..... 8 faltas
- Delfim Neto (PDS-SP)..... 7 faltas
- Ervin Bonkoski (PMDB-PR)..... 7 faltas
- Fausto Fernandes (PMDB-PA)..... 12 faltas
- Felipe Cheidde (PMDB-SP)..... 14 faltas
- Fernando Gomes (PMDB-BA)..... 8 faltas
- Flávio Rocha (PL-RN)..... 7 faltas
- Francisco Coelho (PFL-MA)..... 7 faltas
- Francisco Dornelles (PFL-RJ)..... 7 faltas
- Geraldo Melo (PMDB-PE)..... 9 faltas
- Gerson Marcondes (PMDB-SP)..... 8 faltas
- Jacy Scanagatta (PFL-PR)..... 8 faltas
- Joaci Góes (PMDB-BA)..... 7 faltas
- João Carlos Bacelar (PMDB-BA)..... 7 faltas
- João Cunha (PDT-SP)..... 7 faltas
- José Freire (PMDB-GO)..... 7 faltas
- José Serra (PMDB-SP)..... 8 faltas
- Luiz Viana Neto (PMDB-BA)..... 14 faltas
- Mário Bouchardet (PMDB-MG)..... 7 faltas
- Mattos Leão (PMDB-PR)..... 7 faltas
- Max Rosenhann (PMDB-PR)..... 8 faltas
- Moel de Carvalho (PDT-RJ)..... 7 faltas
- Rita Furtado (PFL-RO)..... 8 faltas
- Roberto Balestra (PDC-GO)..... 8 faltas
- Vieira da Silva (PDS-MA)..... 7 faltas



Cheidde



Bouchardet

Dornelles



Adhemar

Delfim

Um princípio de acordo. Mas o PFL suspende tudo.

Pode ser anunciado nas próximas horas um amplo acordo de liderança para a votação dos artigos finais do capítulo das Disposições Transitórias da futura Constituição, embora o PFL, representado pelo deputado mineiro Oscar Correia, que também integra o Centrão, tenha se retirado ontem das negociações que se desenvolviam no gabinete do líder peemedebista Mário Covas, criando suspense em torno do desfecho dos entendimentos sobre as questões polêmicas. Ele justificou sua saída explicando não estar autorizado pela liderança pefelista a firmar qualquer acordo. Pucos minutos depois, no entanto, o deputado Inocêncio Oliveira, que responde pela coordenação dos entendimentos no PFL, garantiu que a saída do deputado deveu-se ao fato de o partido ainda não ter posição firmada sobre as Disposições Transitórias. Ele garantiu que, na próxima segunda-feira, seu partido retomará as conversações.

Na reunião logo ficou claro que não seria possível equacionar as questões polêmicas, como a anistia política, e houve consenso quanto à necessidade de deixar seu exame para o final, sob o pretexto do deputado pedetista Lysâneas Maciel.

parágrafo único do artigo 4º, que marca a data da posse dos futuros prefeitos para o dia 1º de janeiro de 89, garantindo, assim, a realização do pleito municipal previsto para 15 de novembro. Houve unanimidade em torno da aprovação desse texto, contido na emenda básica do Centrão e até então o deputado Oscar Correia permanecia na reunião.

Ficou também aprovado que as assembleias terão prazo de um ano, a partir da promulgação da Carta, para elaborar suas Constituições, e as Câmaras Municipais, seis meses para prepararem as leis orgânicas dos municípios. Em seguida, foi firmado acordo em torno de emenda aditiva do constituinte Hélio Rosas, dispondo que as emissoras de rádio e de televisão cederão, gratuitamente, três minutos diários, para divulgação dos trabalhos das Constituintes estaduais.

O representante do PFL só começou a dar mostras de que não faria nenhum acordo quando começou a discussão sobre a restrição dos poderes do Executivo. Ele ficou contra a emenda da deputada Moema São Thiago, dispondo que os decretos secretos serão considerados in-subseqüentes a partir da promulgação da nova Constituição bem como os atos neles fundados.

A discussão começou pelo exame do



Mário Covas

Leis complementares: sem prazo?

As leis que irão disciplinar a nova Constituição poderão ser elaboradas sem prazo para estar concluídas. Acordo nesse sentido foi firmado entre algumas lideranças partidárias, sem a presença do PFL, e altera o que já foi aprovado pela Comissão de Sistematização, que prevê que todas as novas leis complementares e ordinárias deverão estar concluídas até 1990, quando se encerra a atual legislatura. Pelo acordo, será aprovada uma emenda do deputado Sérgio Spada (PMDB-PR) modificando o texto da Sistematização e que não fixa prazo para a aprovação dessas leis.

Além disso, o processo para sua votação será revisto. Atualmente uma lei é votada isoladamente na Câmara e no Senado. O novo processo prevê que essa legislação terá tramitação diferente, sendo votada ao mesmo tempo na Câmara e no Senado, em sessões conjuntas do Congresso Nacional. Esse foi um dos pontos discutidos na reunião de líderes que buscam acordos para a votação das Disposições Transitórias.

As três modificações no texto básico do

Centrão foram aprovadas pela unanimidade das lideranças partidárias, sem a presença do PFL, cujo representante se retirara da mesa de negociações. As esquerdas aproveitaram a ausência do adversário e firmaram acordos sobre outros pontos, revelando inclusive disposição de estatizar todos as serventias e não apenas as do foro judicial, como defendem os donos de cartórios extrajudiciais, justamente os mais rendosos.

As questões polêmicas foram adiadas para o final do exame das Disposições Transitórias, mas nada garante que os acordos firmados entre as lideranças partidárias serão respeitados pelo PFL, e pelo Centrão, cujos integrantes se confundem. Os líderes pefelistas garantem que retornarão os entendimentos na próxima segunda-feira, mas até lá persistirão as dúvidas sobre a verdadeira motivação da retirada do PFL das negociações. Entre os que ficaram, muitos desconfiam que o PFL joga com o tempo para atrapelar as eleições municipais deste ano.

ANISTIA

Perdão de dívida: cooperativas também querem.

As cooperativas também querem se aproveitar do perdão da correção monetária sobre os empréstimos contraídos por pequenos e microagricultores e empresários durante o Plano Cruzado. Hoje, representantes da Federação das Cooperativas de Soja e Trigo do Rio Grande do Sul (Fecotrigo) vão estar em Brasília, entregando a sugestão de texto ao senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE), um dos autores das emendas que concedem o perdão.

A Fecotrigo justifica a inclusão das cooperativas nestas emendas afirmando que existe uma relação direta entre o desempenho e a situação da cooperativa e seus produtores associados. Ela acredita que, ao ser imputada correção monetária nas operações de uma das partes, a carga se transfere, automaticamente, para ambas. "As normas de crédito rural, previstas no manual MCR-18, apropriadamente estendem e atribuem o mesmo tratamento nas operações com mini, pequenos e médios produtores às cooperativas cujo quadro social tenha, no mínimo, 70% da categoria de produtores especificada", explica o texto que a Fecotrigo vai encaminhar ao senador.



Caiaido

O presidente licenciado da UDR, Ronaldo Caiado, suspendeu o descanso de dois meses e voltou a comandar a entidade ruralista. Ontem ele começou um verdadeiro périplo por vários estados brasileiros, a fim de mobilizar os produtores rurais em favor do perdão da correção monetária. Pela manhã, o som de um berrante solitário recebeu o líder rural em Uberlândia. À

noite ele já estava em Santa Maria, participando de uma concentração ruralista. Hoje vai a Maringá e Vitória, devendo visitar, até segunda-feira, Recife, Campos, Belo Horizonte, Montes Claros, Itabuna e Goiânia. "Depois vamos a Brasília", promete ele, lembrando que os constituintes deverão escolher "entre o Brasil que trabalha e produz ou o do setor financeiro, patrocinador da agiotagem".

Caiado argumenta que o fim da correção monetária representa acabar também com a possibilidade de o setor ser desmantelado, pela inviabilidade de pagamento da dívida junto às instituições financeiras. Ele lembrou que o Banco do Brasil já desapropriou mais terras para cobrir débitos do que o Ministério da Reforma Agrária.

Para o presidente da Associação dos Diretores de Empresas de Crédito, Investimento e Financiamento (Adecif), Luiz Alberto Madeira Coimbra, as financeiras precisam se unir contra essa idéia do perdão. "A aprovação desta medida aumentará a crise que as financeiras vêm atravessando, uma crise que já é reponsável pela redução de 53,23% do movimento de empréstimos entre dezembro de 86 e abril último", explica. Na sua opinião, a medida teria ainda um fator negativo muito prejudicial, pois penalizaria aqueles que cumpriram seus compromissos em dia.

"Além disso, 45% das operações de empréstimo das financeiras estão concentradas no financiamento de capital de giro, que têm entre as pequenas e médias empresas seus maiores tomadores", concluiu. Madeira quer que as financeiras intensifiquem o trabalho junto aos constituintes, evitando que o perdão venha a ser aprovado. As emendas sobre o perdão devem ser examinadas, provavelmente, no próximo dia 16.

O ministro da Aeronáutica, preocupado com a inquietação.

O ministro da Aeronáutica, brigadeiro Moreira Lima, afirmou ontem que o problema que mais preocupa os militares atualmente diz respeito à anistia e sua possibilidade de ampliação através de emendas, que podem ser votadas em separado ou sob a forma de fusão, possivelmente na próxima terça-feira. O ministro considera que é melhor não haver mais benefícios para os anistiados, do contrário a medida provocaria inquietação e descontentamento dentro das Forças Armadas.

A avaliação do ministro foi feita ontem, pouco depois de ter-se reunido com o líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna, no gabinete que o ministro ocupa na Esplanada dos Ministérios. Moreira Lima confessou que gestões estão sendo feitas, junto às lideranças e parlamentares em geral, visando assegurar a vitória de uma votação que não permita mudanças no texto do Centrão.

O ministro "prefere mostrar confiança no bom senso" dos constituintes e lamenta a atitude do senador Mário Covas. "Ele já tinha aprovado o texto da Sistematiza-

ção, que é idêntico ao do Centrão e não prevê reintegração ou pagamento de atrasados", observou, referindo-se às negociações do líder do PMDB visando à fusão de emendas. Essa proposta de fusão, ainda não aprovada, só deixa em aberto a reintegração (que ficaria a critério da administração de cada militar punido), conservando outros pontos condenados pelos militares: a anistia aos atos administrativos, beneficiando 1.500 marinheiros, e o pagamento de atrasados, a título de indenização.

Enquanto isso, ainda repercute a declaração do ministro do Exército, general Leonidas Pires Gonçalves, feita no último fim de semana, de que não há mais nada a conceder aos militares cassados em 64. Para o líder do PMDB na Câmara, Ibsen Pinheiro, é um equívoco supor que o general Leonidas fala pelo Exército: "O Exército é mudo, não fala. Cumpre sua função constitucional". Ele diz que o general "fala muito mais pelo governo que integra", acrescentando que "o ministro opina e a Constituinte vota. Cada um na sua e tudo vai terminar perfeitamente bem".

MONARQUIA

Mensagens divulgadas "na mídia eletrônica, gráfica, comícios e panfletagens" serão a base da campanha que os monarquistas lançarão depois da promulgação da nova Carta, visando esclarecer a população sobre "as vantagens" do sistema monárquico de governo. O anúncio foi feito ontem em Porto Alegre pelo secretário do Instituto Brasileiro de Estudos Monárquicos, Aldo Campagnola. O coordenador será o deputado Cunha Bueno (PDS-SP), autor da emenda prevendo um plebiscito em 1993 para escolha do sistema de governo.

ZONA FRANCA

Autor de um destaque que retira do projeto de Constituição o artigo que perpetua a Zona Franca de Manaus, o deputado Paulo Delgado (PT-MG) disse ontem continuar imune às pressões que vem recebendo, desde colegas nortistas, incluindo o relator Bernardo Cabral, até de secretários do governo do Amazonas, para que desista do destaque. "Vou até o fim", disse, explicando não ser contra a Zona Franca, mas sim à sua inclusão na Carta.



Newton Cardoso

TRIÂNGULO

O governador de Minas, Newton Cardoso, participou ontem de um ato público nos jardins do Palácio da Liberdade promovido por empresários, políticos e intelectuais contra a emancipação do Triângulo mineiro. Ele garantiu que a Constituinte "manterá a unidade de Minas" e ainda pediu que essa garantia "venha com larga margem de votos, para que a votação sepeulte de vez todas as idéias separatistas". Já o senador mineiro Alfredo Campos, ao comentar a emenda que cria o Estado do Triângulo, disse que "este movimento elitista não passa de uma pretensão de poucos, que querem um cargo de governador para se projetar politicamente". O senador diz ter certeza de que a emenda será rejeitada, acrescentando: "Sei que, por trás dos interesses dos triangulinos, existem interesses de forças não-mineiras".